



**Senado Federal**  
**Concurso Público**

**CONSULTOR LEGISLATIVO**

**Assessoramento Legislativo**

**Provas Objetiva e Discursiva (Manhã)**

**Caderno Tipo 1 (Branco) – 13M1**

**Economia Regional  
e Políticas de  
Desenvolvimento  
Urbano**



FUNDAÇÃO  
GETULIO VARGAS  
FGV PROJETOS



## Língua Portuguesa

Texto para as questões 1 a 15

### Interregno hegemônico

A crise financeira de 2008, desencadeada pela crise do *subprime* em 2007, tem o seu foco nos EUA e na Europa. Os países emergentes e, particularmente, os Brics revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global. É uma crise do próprio centro do sistema global de poder com todas as suas implicações. As suas consequências também deverão ser profundas e persistentes.

O que está em jogo é uma variedade de capitalismo e a globalização liberalizante que chegaram ao seu limite e a provável ascensão de um novo tipo de capitalismo e de globalização. A ascensão da plutocracia financeira ao poder com Reagan/Thatcher, desde 1980, significou a retração do Estado-nação na sua função reguladora e controladora, com domínio de doutrinas como a de “mercado eficiente”, sempre em equilíbrio, e capaz de se autorregular. O mercado se transformou no princípio de organização da economia capitalista, em contraposição ao Estado-nação. Mas, se não fosse a massiva intervenção e o socorro prestado pelo Estado, o mercado financeiro desregulado teria adquirido um poder autodestrutivo tão grande que o sistema financeiro teria praticamente desaparecido. Por razões de sobrevivência do próprio capitalismo, o Estado-nação está retomando a sua função reguladora e controladora dos mercados num processo adaptativo.

A China aparece como um candidato natural para se tornar, gradualmente, o paradigma econômico dominante nas próximas décadas. Apresenta-se como um novo capitalismo de Estado, em substituição ao modelo da liberalização global. Se isso acontecer, o mercado livre será substituído pelo Estado-nacional como princípio dominante de organização e de controle das economias nacionais, e da nova fase da globalização. Em países em que a liberalização avançou excessivamente e em crise financeira, o Estado ampliará seu foco de regulação e controle sobre os mercados. Nos países onde o poder do Estado é o agente organizador e controlador da economia, como na China, o mercado, enquanto princípio organizador, deverá ser ampliado.

Esse processo adaptativo entre mercado e Estado será longo e complexo, pois a plutocracia financeira é ainda o poder hegemônico e resistirá

ao avanço da regulação. Mas, quanto maior for a resistência e quanto maior for o período de dominância do mercado livre, maior será a crise necessária para que o princípio adaptativo funcione.

Vamos viver nas próximas décadas um longo interregno, com o declínio dos Estados Unidos e Europa e ascensão da China e dos países emergentes. Tanto os Estados Unidos como a Europa terão que concentrar suas energias para recuperar e revitalizar suas economias, num contexto de crescente oposição e polarização política doméstica, abrindo espaço para a emergência de novos Estados-nacionais com atores políticos, a exemplo do G-20. Somente com a ascensão de nova coalizão global de forças políticas é que será construída uma nova ordem internacional, com a imposição de um novo pensamento econômico, o que deverá levar décadas. Nesse interregno hegemônico, será perfeitamente possível que conceitos como soberania, Estado-nação e nacionalismo venham adquirir força política e movimentem as massas, pois serão alimentados pelo crescente protecionismo, em pleno andamento, e pelo fato de o problema de desemprego ser sempre um problema nacional.

Há uma similaridade histórica com o que aconteceu depois da Grande Depressão de 1890 até o fim da Grande Depressão de 1929 a 1939; foi um longo interregno marcado pelo declínio da hegemonia global inglesa e a ascensão americana, que se consolidou na Segunda Guerra Mundial. Nesse interregno, assistimos ao gradual declínio da plutocracia financeira inglesa e a ascensão do poder industrial americano. Fazendo paralelo histórico, poderemos ter, desta vez, o declínio da plutocracia financeira americana e a ascensão do poder industrial asiático.

Com redistribuição de poder e liderança na economia mundial, mais o declínio de um paradigma econômico que prevaleceu nas últimas três décadas, vamos viver um longo período de vácuo de poder dominante, com degelo da sua ideologia, seu pensamento econômico e dos consensos de políticas. Novas regras do jogo deverão emergir, mas nada disso tem uma evolução contínua e linear.

Um interregno abre brechas, e países como o Brasil poderão agir estrategicamente para alcançar seus objetivos. Para países dependentes e com forte herança colonial, a globalização implicou um deslocamento deliberado para o exterior do dinamismo da economia e aumento da sua importância relativa do setor externo (fluxo de capitais) *vis-à-vis* setor interno da economia. Essa importância relativa não se refere

- 110 apenas às condições econômicas e financeiras, mas principalmente ideológicas e dominância do pensamento econômico hegemônico. Com o interregno, a autonomia com que países podem perseguir objetivos nacionais de política econômica mudará substancialmente. É nesse
- 115 panorama que cabe colocar se a Grande Recessão é uma ameaça ou oportunidade para o desenvolvimento brasileiro. Que futuro podemos conjecturar para o Brasil?

(Yoshiaki Nakano. *Folha de S.Paulo*, 14 de fevereiro de 2012, com adaptações)

### 1

Somente com a ascensão de nova coalizão global de forças políticas é que será construída uma nova ordem internacional, com a imposição de um novo pensamento econômico, o que deverá levar décadas. (L.66-71)

A respeito do período acima, analise as afirmativas a seguir:

- I. O período é composto por duas orações.
- II. A escolha dos tempos verbais contribui para aumentar o aspecto persuasivo do trecho.
- III. A repetição de termos no período constitui recurso estilístico.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

### 2

Assinale a palavra que **NÃO** tenha sido formada pelo mesmo processo que *autodestrutivo* (L.26).

- (A) contraposição (L.23)
- (B) plutocracia (L.15)
- (C) interregno (L.58)
- (D) desemprego (L.77)
- (E) internacional (L.69)

### 3

Nesse interregno, assistimos ao gradual declínio da plutocracia financeira inglesa e a ascensão do poder industrial americano. Fazendo paralelo histórico, poderemos ter, desta vez, o declínio da plutocracia financeira americana e a ascensão do poder industrial asiático. (L.85-90).

Os pronomes sublinhados exercem, no texto, respectivamente, papel

- (A) anafórico e catafórico.
- (B) catafórico e anafórico.
- (C) dêitico e catafórico.
- (D) dêitico e dêitico.
- (E) anafórico e dêitico.

### 4

No texto, a expressão *vis-à-vis* (L.107) exerce papel equivalente ao de uma locução

- (A) prepositiva.
- (B) conjuntiva.
- (C) adverbial.
- (D) adjetiva.
- (E) substantiva.

### 5

Acerca do texto e dos sentidos produzidos, analise as afirmativas a seguir:

- I. O interregno a que o texto faz alusão para o futuro se assemelha aos movimentos de ascensão e queda de regimes e poderes do passado.
- II. Os movimentos de ascensão e queda representam redistribuição de poder e liderança na economia mundial.
- III. O texto alerta para as brechas que poderão tornar o Brasil o paradigma econômico dominante nas próximas décadas.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

### 6

Um interregno abre brechas, e países como o Brasil poderão agir estrategicamente para alcançar seus objetivos. (L.100-102)

No período acima, a conjunção E, normalmente aditiva, assume papel

- (A) adversativo.
- (B) explicativo.
- (C) alternativo.
- (D) conclusivo.
- (E) consecutivo.

### 7

A ascensão da plutocracia financeira ao poder com Reagan/Thatcher, desde 1980, significou a retração do Estado-nação na sua função reguladora e controladora, com domínio de doutrinas como a de “mercado eficiente”, sempre em equilíbrio, e capaz de se autorregular. (L.14-20)

Os termos sublinhados no período acima classificam-se, respectivamente, como

- (A) adjunto adnominal, complemento nominal, adjunto adnominal.
- (B) adjunto adnominal, complemento nominal, complemento nominal.
- (C) complemento nominal, complemento nominal, complemento nominal.
- (D) complemento nominal, adjunto adnominal, complemento nominal.
- (E) adjunto adnominal, adjunto adnominal, adjunto adnominal.

**8**

*Essa importância relativa não se refere apenas às condições econômicas e financeiras...* (L.108-109)

Assinale a alternativa em que, ao se alterar a estrutura do trecho acima, **NÃO** se respeitou a norma culta. Não leve em conta as alterações de sentido.

- (A) As condições econômicas e financeiras a que essa importância alude...
- (B) As condições econômicas e financeiras a que essa importância reporta...
- (C) As condições econômicas e financeiras de que essa importância procede...
- (D) As condições econômicas e financeiras por que essa importância passa...
- (E) As condições econômicas e financeiras que essa importância obedece...

**9**

Assinale a palavra que, no texto, **NÃO** tenha papel adjetivo.

- (A) política (L.64)
- (B) prestado (L.24)
- (C) sua (L.17)
- (D) próprio (L.7)
- (E) controladora (L.18)

**10**

*Os países emergentes e, particularmente, os Brics revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.* (L.3-6)

Assinale a alternativa em que a alteração do período acima tenha se mantido em consonância com as regras de pontuação.

- (A) Os países emergentes – particularmente os Brics – revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (B) Os países emergentes – e, particularmente, os Brics –, revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (C) Os países emergentes e – particularmente – os Brics, revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (D) Os países emergentes e – particularmente, os Brics – revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (E) Os países emergentes – e particularmente, os Brics – revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.

**11**

*É nesse panorama que cabe colocar se a Grande Recessão é uma ameaça ou oportunidade para o desenvolvimento brasileiro. Que futuro podemos conjecturar para o Brasil?* (L.114-118)

As duas ocorrências do QUE no período acima apresentam-se, respectivamente, como

- (A) adjunto adnominal e predicativo do objeto.
- (B) adjunto adverbial, sem função sintática.
- (C) objeto direto e adjunto adverbial.
- (D) adjunto adverbial e objeto direto.
- (E) sem função sintática e adjunto adnominal.

**12**

Por *interregno hegemônico* (L.71) é possível entender

- (A) uma ausência preponderante de poder dominante.
- (B) a supremacia de um Estado sendo substituída de imediato pela preponderância do outro.
- (C) a preponderância de um estado intermediário entre um governo e outro.
- (D) o intervalo de transformação de uma hegemonia a outra.
- (E) a prevalência de uma hegemonia em relação à outra.

**13**

De acordo com o que rege o *Manual de Elaboração de Textos* do Senado Federal, assinale a forma **INCORRETA** quanto à grafia de artigos e parágrafos de lei.

- (A) art. 5º
- (B) § 11.
- (C) arts. 2º e 3º
- (D) §§ 9º e 10.
- (E) art. 33

**14**

Com base no que orienta o *Manual de Redação da Presidência da República*, emprega-se Vossa Excelência para:

- I. o Advogado-Geral da União;
- II. os membros das Câmaras Legislativas Municipais;
- III. os conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais.

Completa(m) corretamente a afirmação do enunciado o(s) item(ns)

- (A) I e II, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) I, II e III.
- (E) III, somente.

**15**

Conforme o *Manual de Redação da Presidência da República*, analise as afirmativas a seguir:

- I. Aviso e ofício são modalidades de comunicação oficial praticamente idênticas. A única diferença entre eles é que o aviso é expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia, ao passo que o ofício é expedido para e pelas demais autoridades. Ambos têm como finalidade o tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da Administração Pública entre si e, no caso do ofício, também com particulares.
- II. A tramitação do memorando em qualquer órgão deve pautar-se pela rapidez e pela simplicidade de procedimentos burocráticos. Para evitar desnecessário aumento do número de comunicações, os despachos ao memorando devem ser dados no próprio documento e, no caso de falta de espaço, em folha de continuação.
- III. Quanto à sua forma, o memorando segue o modelo do padrão ofício, com acréscimo do vocativo, que invoca o destinatário pelo seu nome e sobrenome, seguido de vírgula.

Assinale

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**Conhecimentos Gerais****16**

A questão da mobilidade urbana está tornando-se uma preocupação marcante nos grandes centros urbanos. No Rio de Janeiro, a Prefeitura optou por usar o sistema BRT, que usará linhas exclusivas e ônibus como matriz principal. A cidade de São Paulo optou por ampliar os sistemas de trens urbanos, metrô e agora os modernos Monorails, assim como fez a cidade de Manaus. Fortaleza, Cuiabá e Brasília fizeram opção pelos VLTs (Veículos Leves sob Trilhos). Recentemente dois grandes consórcios foram escolhidos para fazer as duas linhas de Monorails na cidade de São Paulo. Uma linha ligando Jabaquara ao Morumbi, via Aeroporto de Congonhas, e outra ligando Vila Prudente a Cidade Tiradentes, na zona leste da capital paulista.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os trens da Bombardier foram escolhidos pelos dois consórcios para serem usados nas duas linhas por serem mais baratos.
- (B) Um consórcio usará os trens da Bombardier na zona leste e outro usará os trens franceses da Alstom, na linha Jabaquara.
- (C) O consórcio vencedor da linha Jabaquara usará trens feitos na Malásia e construídos no Rio de Janeiro.
- (D) O Consórcio da Linha Zona Leste usará Trens da Siemens, que serão construídos em São Paulo.
- (E) Os dois consórcios escolheram os trens japoneses da Hitachi, como homenagem à população nipônica da cidade.

**17**

Desde o governo Fernando Henrique, o Brasil faz gestões para comprar aviões de caça para reequipar e modernizar a aeronáutica brasileira. Há uma constante preocupação com as linhas de defesa do Brasil, já que os nossos aviões estão bastante defasados. Três aviões foram escolhidos para a fase final: o Gripen, da Suécia; o Rafale, da França; e os F-18 dos Estados Unidos. Passou o governo Lula, a decisão passou para o governo Dilma, mas ainda não há uma decisão final sobre a compra.

A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) Os Rafale, preferidos pelo governo Lula, são os mais caros e a Dassault não quer passar a tecnologia para os brasileiros.
- (B) Os F-18 americanos são os mais modernos aviões de combate. São mais baratos e a Boeing admitiu passar toda a tecnologia para o Brasil.
- (C) Além de ser o preferido pelo alto escalão da aeronáutica, o Gripen é mais barato e já participou de intensos combates na Bósnia.
- (D) O avião sueco só existe em forma de projeto e nunca foi vendido para qualquer força militar.
- (E) Os Rafale têm o apoio da Otan. Comprando os Rafale, o Brasil terá o apoio dos europeus para entrar no Conselho de Segurança da ONU.

**18**

Em um polêmico livro recém-lançado, Mimi Breardsley faz revelações surpreendentes e narra como o presidente John Kennedy a embebedou e seduziu quando, aos 19 anos, trabalhou como estagiária na Casa Branca. No livro, a Sra. Alford, sobrenome de casada, revela que foi trabalhar como estagiária na assessoria de imprensa da Casa Branca e que, depois de quatro dias, um assessor confiável, David Powers, ofereceu-lhe vários daiquiris antes de o presidente Kennedy lhe conceder um tour privado pela Casa Branca, que acabou no leito da primeira dama, que estava fora.

O que mais veio à tona com o relato de Mimi Alford?

- (A) Jacqueline Kennedy ficou sabendo do que houve no dia seguinte, através de sua secretária e agrediu o Presidente Kennedy.
- (B) Mimi manteve o romance com o presidente até Jacqueline descobrir e mandar demití-la da Casa Branca.
- (C) Mimi teve que fazer dois abortos em quase um ano de namoro.
- (D) Durante o fim de semana da morte de Kennedy, Mimi planejava o casamento com seu noivo, mas, arrasada pela dor, confessou o *affair* secreto que manteve durante todo o namoro.
- (E) Mimi, atualmente em dificuldades financeiras, decidiu revelar toda a verdade.



**19**

No início de fevereiro tomou posse a nova presidente da Petrobras, Maria das Graças Silva Foster. A engenheira substituiu no cargo José Sérgio Gabrielli, que recebeu convite do Governador da Bahia, Jacques Wagner, para participar do Governo do Estado. Em seu discurso de posse, Graça Foster lembrou sua história na estatal, onde começou como estagiária. Graça Foster foi fortemente aplaudida quando disse que era a primeira mulher do mundo a comandar uma empresa de petróleo desse porte. Ela destacou que vai seguir à risca o plano de negócios da estatal e as metas previstas. “Sempre com foco na disciplina de capital, no cumprimento das metas e prazos, sem descuidar dos aspectos de segurança e ambiental”. Com ela, dois novos diretores foram eleitos pelo Conselho de Administração da Empresa. Quem são eles?

- (A) Guilherme Estrela, por sua grande experiência em dutos, e José Formigli, pelo trabalho realizado na gestão Gabrielli.
- (B) José Zelada, pela contribuição dada aos investimentos internacionais da Petrobras Internacional, e Alcides Santoro, pelo conhecimento adquirido no pré-sal.
- (C) José Formigli, por ter adquirido grande experiência no desenvolvimento do pré-sal, e Alcides Santoro, por sua experiência no setor de gás.
- (D) Guilherme Estrela e Renato Duque serão os novos diretores de Exploração e Produção e Gás e Energia.
- (E) Jose Zelada, para o setor internacional, e Renato Duque, para o segmento de Exploração e Produção.

**20**

A celeuma sobre a presença de resíduos de agrotóxicos no suco de laranja brasileiro, questão levantada por autoridades sanitárias dos Estados Unidos, reacendeu a discussão sobre o uso de agrotóxicos em produtos agrícolas. O resultado disso foi a ameaça de suspensão da compra dos sucos brasileiros, causando enorme prejuízo aos produtores. Nos últimos quatro anos, o Brasil se tornou o maior mercado de pesticidas do mundo. Essa ameaça fez o preço do produto disparar a níveis recordes. Segundo o principal órgão de controle de produtos sanitários dos Estados Unidos, o *Food and Drug Administration* (FDA), foi encontrada a presença de um fungicida no suco de laranja importado do Brasil. O uso deste fungicida é proibido nas lavouras de cítricos nos Estados Unidos, mas é usado contra fungos no Brasil.

Qual foi o resultado desta situação?

- (A) O que houve de fato foi uma especulação do mercado americano para aumentar o preço do suco de laranja.
- (B) O carbendazim, usado em poucas quantidades, não faz mal à saúde, por isso o produto não foi tirado das prateleiras nos Estados Unidos. Mas as próximas cargas não poderão ter vestígios desse fungicida.
- (C) Os produtores brasileiros tiveram que amargar grandes prejuízos, pois todo o suco de laranja teve que ser descartado.
- (D) Os produtores brasileiros deixaram de entregar o suco aos americanos e venderam quase toda a produção para o mercado asiático.
- (E) Os produtores brasileiros tiveram que queimar boa parte do laranjal paulista, que já estava pulverizado com o fungicida, para continuarem a vender para o mercado americano.

**21**

Um dos maiores incrementos do comércio internacional brasileiro na modernidade é o pré-sal. Assinale a alternativa correspondente ao que vem a ser o pré-sal.

- (A) Denominação dada às descobertas petrolíferas nas águas territoriais brasileiras, também chamadas de subsal.
- (B) Reservas de hidrocarbonetos encontradas no subsolo marítimo, também chamadas de subsal.
- (C) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos encontradas abaixo de uma profunda camada de rocha calcária no subsolo marítimo, também chamada de subsal.
- (D) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos em rochas calcárias encontradas abaixo de uma profunda camada de sal no subsolo marítimo, também chamada de subsal.
- (E) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos em rochas encontradas abaixo de uma profunda camada de sal nas águas interiores brasileiras, também chamada de subsal.

**22**

Considerando as recém-descobertas de petróleo na camada pré-sal, que representam um marco singular na indústria petrolífera brasileira, marque a alternativa correta.

- (A) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petrobras Distribuidora de Combustíveis e da Agência Nacional de Transporte Aquaviário.
- (B) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Transpetro e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
- (C) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petro-Sal, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e Ministério da Defesa.
- (D) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços do Ministério de Minas e Energia e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
- (E) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petrobras e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

**23**

Os dois confrontos mais sangrentos no Egito nos últimos quinze meses foram

- (A) a queda do ditador Hosni Mubarak e o confronto em Port Said após uma partida de futebol.
- (B) a queda do ditador MuammarKadhafi e o confronto no Cairo após uma partida de futebol.
- (C) a queda do ditador Hosni Mubarak e o confronto no Cairo após uma partida de futebol.
- (D) a queda do ditador MuammarKadhafi e o confronto em Port Said após uma partida de futebol.
- (E) a queda do ditador Bashar al Assad e o confronto entre civis e militares no Cairo após sua morte.

**24**

Em 2012, celebra-se o bicentenário de um novelista que retratou as transformações sociais da era industrial em uma nação europeia. Trata-se de

- (A) David Copperfield.
- (B) Victor Hugo.
- (C) Émile Zola.
- (D) Edmond Rostand.
- (E) Charles Dickens.

**25**

Em relação à dívida pública brasileira em 2011, analise as afirmativas a seguir:

- I. A dívida pública brasileira encerrou 2011 com a menor parcela da história de títulos remunerados pela taxa básica de juros, a Selic.
- II. Em 2011, a dívida pública cresceu 10,17%, chegando a R\$ 1,866 trilhão.
- III. Para reduzir a participação dos papéis atrelados à Selic, o governo vem segurando emissões desse tipo de título e adotando medidas para estimular que fundos públicos comprem títulos atrelados à taxa.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

**Direito Constitucional e Administrativo****26**

A respeito do controle das empresas estatais pelo Tribunal de Contas, avalie as afirmativas a seguir:

- I. As estatais não se submetem ao controle do Tribunal de Contas, tendo em vista possuírem personalidade jurídica de direito privado e, portanto, não administram bens e dinheiro públicos.
- II. Somente as estatais prestadoras de serviço público, ante a natureza pública de seus bens, se submetem ao controle do Tribunal de Contas.
- III. Tanto as estatais prestadoras de serviço público quanto as que exercem atividade econômica estrito senso se submetem ao controle pelo Tribunal de Contas, tendo em vista que, embora seu patrimônio seja privado, quando de sua criação, haveria contribuição de dinheiro público.
- IV. No que concerne à intensidade do controle a ser exercido pelo Tribunal de Contas, afigura-se irrelevante a separação entre atividade-fim e atividade-meio da estatal.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas II e IV forem verdadeiras.
- (B) se apenas a afirmativa III for verdadeira.
- (C) se apenas as afirmativas III e IV forem verdadeiras.
- (D) se apenas as afirmativas I for verdadeira.
- (E) se nenhuma afirmativa for verdadeira.

**27**

Sobre o tratamento constitucional dado ao exercício da liberdade, à dignidade humana, à igualdade e à justiça, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) Ninguém será levado à prisão ou mantido nela, se a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.
- (B) A Constituição da República de 1988 veda a pena de morte, salvo na hipótese em que haja declaração de guerra pelo Presidente da República, autorizada ou referendada pelo Congresso Nacional.
- (C) A prática de racismo é crime imprescritível e insuscetível à fiança.
- (D) A privação de bens e da liberdade deverá observar o devido processo legal.
- (E) É assegurado a todos o acesso à informação, podendo o Judiciário determinar a revelação da fonte da informação divulgada por jornalista em imprensa escrita ou falada, quando necessária a apuração de prática de crime.



**28**

Em relação às ações constitucionais para defesa de direitos fundamentais, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) O mandado de segurança pode ser impetrado para proteção de direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas-data*, se o responsável pela ilegalidade ou abuso do poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- (B) A impetração de *habeas corpus* pode ser feita em defesa de pessoa que sofra ou esteja sofrendo ameaça de sofrer violação ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- (C) O mandado de injunção poderá ser impetrado se configurada a prática de ato administrativo que viole o exercício de direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- (D) O *habeas-data* pode ser ajuizado para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, que estejam incluídas em registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- (E) É assegurada a todos, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em defesa de direitos e esclarecimento de situação de interesse pessoal.

**29**

A Administração pode, para bem proceder à prestação de suas atividades, realizar o que se chama descentralização. Ciente desse fato, assinale a alternativa correta.

- (A) A descentralização, também chamada de desconcentração, se dará quando, no âmbito interno, a Administração crie novos cargos e órgãos, transferindo a estes atribuições próprias.
- (B) A descentralização não se confunde com a desconcentração, sendo certo que ocorrerá sempre que se resolva criar nova Unidade Federativa, seja um Estado ou um Município.
- (C) A descentralização não se confunde com desconcentração, e ocorrerá quando uma Unidade Federativa delegar, mediante lei, a outra Unidade Federativa, competência que lhe foi atribuída pela constituição.
- (D) A descentralização se dará quando, por lei, ou decreto autônomo, o Executivo criar ministérios (âmbito da União), ou secretarias (âmbito dos Estados e Municípios).
- (E) A descentralização se dará quando, por lei, se criem autarquias, ou autorize a criação de sociedades de economia mista, empresas públicas ou fundações; ou por meio de licitação, se deleguem serviços públicos ao setor privado.

**30**

A aplicação das normas constitucionais pressupõe interpretação que “está submetida ao princípio da ótima concretização da norma (...). Evidentemente, esse princípio não pode ser aplicado com base nos meios fornecidos pela subsunção lógica e pela construção conceitual. Se o direito e, sobretudo, a Constituição, têm a sua eficácia condicionada pelos fatos concretos da vida, não se afigura possível que a interpretação faça deles tábula rasa. Ela há de contemplar essas condicionantes, correlacionando-as com as proposições normativas da Constituição. A interpretação adequada é aquela que consegue concretizar, de forma excelente, o sentido (...) da proposição normativa dentro das condições reais dominantes numa determinada situação” (Konrad Hesse. *A Força Normativa da Constituição*. Trad. de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1991, p. 22).

Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) o exercício de democracia, mediante a obediência ao princípio majoritário, acarreta a prevalência dos diplomas legais aprovados pelo Poder Legislativo, em concorrência com o Poder Executivo, se observado eventual conflito com os dispositivos constitucionais.
- (B) o resultado de consultas populares, em plebiscitos e referendos, revoga dispositivo constitucional que lhe seja contrário, por cuidar-se sempre de manifestação do poder constituinte originário.
- (C) a interpretação de dispositivos constitucionais pode mudar, ao longo do tempo, em obediência às alterações das relações sociais e das condições fáticas experimentadas pelo povo.
- (D) o intérprete da Constituição da República de 1988, promulgada com o propósito de realizar as premissas do Estado Democrático de Direito, deve privilegiar a intenção exprimida pelos membros da assembleia constituinte se é controversa a interpretação de um de seus dispositivos, ressalvados os direitos econômico-sociais, cuja aplicação é suscetível à aferição das condições atuais para realização.
- (E) as normas constitucionais, incluindo as relacionadas às regras referentes à organização do Estado e ao processo legislativo, são obtidas a partir de um juízo de ponderação, oposto ao raciocínio próprio à subsunção lógica.

**31**

Extraí-se da jurisprudência dominante do STJ que a improbidade administrativa, por ato administrativo tido como violador de princípio, aperfeiçoa-se somente

- (A) com a transgressão do princípio.
- (B) mediante prova de prejuízo ao erário.
- (C) se comprovada má-fé do servidor.
- (D) nos atos vinculados, independentemente da subjetividade da conduta.
- (E) em face de comprovada conduta culpável.

**32**

Em relação à separação de poderes na Constituição da República de 1988, analise as afirmativas a seguir:

- I. A divisão do poder é elemento do Estado de Direito, assim concebido para que o exercício dele não seja arbitrário. Portanto, é necessário que as competências do Executivo, Legislativo e Judiciário estejam estritamente definidas, alheias a mecanismos recíprocos de controle, para que a atuação dos seus agentes não extrapolem os limites previstos constitucionalmente.
- II. A sanção do Presidente da República é exigida na promulgação de leis ordinárias, complementares, autorização de referendos e convocação de plebiscitos.
- III. Qualquer comissão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderá convocar Ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, sob pena de a ausência, sem justificativa adequada, configurar crime de responsabilidade.
- IV. As mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer dos titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República. A inércia do requerido no prazo de trinta dias, a recusa ao pedido ou a prestação de informações falsas caracterizarão crime de responsabilidade.

Assinale:

- (A) se as afirmativas I e IV forem corretas.
- (B) se as afirmativas II e III forem corretas.
- (C) se as afirmativas II e IV forem corretas.
- (D) se as afirmativas I e II forem corretas.
- (E) se as afirmativas III e IV forem corretas.

**33**

São considerados princípios que regem a República Federativa Brasileira:

- (A) independência nacional e prevalência dos direitos humanos.
- (B) liberdade de expressão e prevalência da representação moral à censura.
- (C) inviolabilidade da intimidade e estímulo à liberdade religiosa.
- (D) liberdade de locomoção e garantia da propriedade.
- (E) liberdade associativa e vinculação sindical.

**34**

Os atos administrativos, após atingirem os seus fins, tendem à extinção. Assim, quando perfeitos, e tem esgotados os seus efeitos, a doutrina menciona a presença da sua extinção natural. Ciente disso, assinale o que **NÃO** representa caso de extinção do ato.

- (A) cassação
- (B) caducidade
- (C) nulidade
- (D) conversão
- (E) revogação

**35**

A Administração Pública, ao aplicar as normas que lhe são direcionadas, deverá buscar a interpretação que melhor atenda ao fim público.

Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) a nova interpretação deve se aplicar retroativamente, atingindo os fatos pretéritos já consolidados com a interpretação anterior.
- (B) a nova interpretação não se aplica aos fatos pretéritos, respeitando a irretroatividade, salvo se representar economia financeira.
- (C) se coloca ilegal e afrontoso à isonomia; a mudança de interpretação anterior guardava coesão com a literalidade e a *ratio* da norma.
- (D) a nova interpretação é possível, respeitando o melhor atendimento ao fim público e a vedação da sua aplicação retroativa.
- (E) a nova interpretação é possível, desde que feita dentro da competência discricionária da Administração, e de forma retroativa para respeitar a isonomia.

## Administração Pública

**36**

Tendo em vista o desenvolvimento da administração pública, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) o conceito de burocracia para Max Weber é a organização eficiente por excelência e, para conseguir essa eficiência, a burocracia precisa detalhar antecipadamente e nos mínimos detalhes como as coisas deverão ser feitas.
- (B) são características da burocracia: normas e regulamentos, formalidade das comunicações, racionalidade e divisão do trabalho, impessoalidade nas relações, hierarquização da autoridade, rotina e procedimentos standardizados, competência técnica e meritocracia, separação da propriedade e previsibilidade do funcionamento.
- (C) em nosso dia a dia, passamos a chamar de burocracia os defeitos do sistema, ou seja, suas disfunções, que foram o exagerado apego aos regulamentos, excesso de formalismo, resistência a mudanças, despersonalização do relacionamento e superconformidade às rotinas e procedimentos.
- (D) a reforma do aparelho do Estado passa a ser orientada predominantemente pelos valores da normatização e pelo desenvolvimento de uma cultura burocrática nas organizações.
- (E) a eficiência da administração pública – a necessidade de reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços, tendo o cidadão como beneficiário – torna-se uma questão essencial sob o modelo gerencial.

**37**

No tocante à evolução da administração pública, marque a alternativa correta:

- (A) No patrimonialismo, o aparelho do Estado funciona como uma extensão do poder do soberano, e os seus auxiliares, servidores, possuem status de nobreza real. Os cargos são considerados, sob certa acepção, prebendas ou sinecuras.
- (B) A Administração Pública Burocrática surge na segunda metade do século XIX, na época do Estado liberal, como forma de manter a corrupção e o nepotismo patrimonialista.
- (C) Constituem princípios orientadores do desenvolvimento da burocracia a profissionalização, a ideia de carreira, a hierarquia funcional, a impessoalidade e o informalismo; em síntese, o poder racional-legal. Os controles administrativos visando evitar a corrupção e o nepotismo são sempre *a posteriori*.
- (D) Na burocracia, parte-se de uma confiança prévia nos administradores públicos e nos cidadãos que a eles dirigem demandas. Por isso, nem sempre são necessários controles rígidos dos processos, como por exemplo, na admissão de pessoal, nas compras e no atendimento a demandas.
- (E) No modelo gerencial de Administração Pública o controle do Estado é, essencialmente, *a priori*.

**38**

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00) menciona diversos instrumentos de transparência da gestão fiscal, a seguir relacionados. No que diz respeito a esse aspecto (transparência), assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) São instrumentos de transparência da gestão fiscal: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.
- (B) Aos instrumentos de gestão fiscal deve ser dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.
- (C) A transparência será assegurada também mediante liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.
- (D) Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48 da LRF, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes ao lançamento e ao recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.
- (E) De acordo com o art. 49 da LRF, as contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis por pelo menos dois exercícios financeiros no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

**39**

O controle exerce, na administração sistêmica, papel fundamental no desempenho eficaz de qualquer organização. É por meio dele que são detectados eventuais desvios ou problemas que ocorrem durante a execução de um trabalho, possibilitando a adoção de medidas corretivas para que o processo seja reorientado na direção dos objetivos traçados pela organização. Na Administração Pública, a importância do controle foi destacada, principalmente, com o advento da Reforma Administrativa de 1967. Assim, o art. 6º do Decreto-Lei 200/1967 o coloca, ao lado do planejamento, da delegação de competência, da descentralização e da coordenação entre os cinco princípios fundamentais que norteiam as atividades da Administração Federal. No que concerne aos controles interno e externo, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) a Lei 4.320/1964 estabelece que o controle da execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, Municípios e Distrito Federal será exercido pelos Poderes Legislativo e Executivo, mediante Controles Externo e Interno, respectivamente.
- (B) de acordo com Lei 4.320/1964, o controle compreenderá a fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos.
- (C) consoante a Carta Magna, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receita, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante Controle Externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder.
- (D) de acordo com a Carta Magna, os responsáveis pelo Controle Interno, após concluírem o processo destinado a apurar qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- (E) a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receita, será exercida pelo Congresso Nacional.

**40**

Considerando a evolução da administração Pública no Brasil e no mundo, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) De certa forma, é possível considerar que o chamado “modelo gerencial” começa a ser implantado em 1995, durante o governo FHC, com a edição do “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado”.
- (B) A administração pública gerencial constitui um avanço e até um certo ponto, um rompimento com a administração pública burocrática. Isso não significa, entretanto, que negue todos os seus princípios. Pelo contrário, a administração pública gerencial está apoiada na anterior, da qual conserva, embora flexibilizando, alguns dos seus princípios fundamentais, como a admissão segundo rígidos critérios de mérito, a existência de um sistema estruturado e universal de remuneração, as carreiras, a avaliação constante de desempenho, o treinamento sistemático. A diferença fundamental está na forma de controle, que deixa de basear-se nos processos para concentrar-se nos resultados, e não na rigorosa profissionalização da administração pública, que continua um princípio fundamental.
- (C) Na administração pública gerencial, a estratégia volta-se (1) para a definição precisa dos objetivos que o administrador público deverá atingir em sua unidade, (2) para a garantia de autonomia do administrador na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros que lhe forem colocados à disposição para que possa atingir os objetivos contratados, e (3) para o controle ou cobrança *a posteriori* dos resultados. Adicionalmente, pratica-se a competição administrada no interior do próprio Estado, quando há a possibilidade de estabelecer concorrência entre unidades internas. No plano da estrutura organizacional, a descentralização e a redução dos níveis hierárquicos tornam-se essenciais.
- (D) A administração pública gerencial deve ser impermeável à participação dos agentes privados e/ou das organizações da sociedade civil.
- (E) Comparativamente com a administração burocrática, o modelo gerencial tem como um de seus princípios o deslocamento da ênfase dos procedimentos (meios) para os resultados (fins).

**Raciocínio lógico****41**

Um analista político de um programa de televisão fez a seguinte previsão: “Se o governador não agir e o Governo Federal intervier então o caso será julgado pelo Supremo Tribunal Federal ou o governador renunciará.”

Entre os cenários apresentados a seguir, aquele em que a previsão do analista político apresenta de forma **INCORRETA** é

- (A) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (B) o governador agiu; o Governo Federal não interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (C) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador renunciou.
- (D) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (E) o governador não agiu; o Governo Federal não interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador renunciou.

**42**

Entre os argumentos a seguir, aquele que é dedutivamente legítimo é:

- (A) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.
- (B) Se o Senado não votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.
- (C) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado votar a lei A, então a sessão não continuará após a meia-noite.
- (D) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão não continuará após a meia-noite.
- (E) Se o Senado não votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.

**43**

Considere a seguinte sentença: “Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele é um Senador em exercício então existe pelo menos um eleitor do seu estado que votou nele.”

A negação lógica dessa sentença é:

- (A) Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele é um Senador em exercício então todos os eleitores do seu estado votaram nele.
- (B) Nenhum cidadão brasileiro elegível é um Senador em exercício e todos os eleitores do seu estado votaram nele.
- (C) Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele não é um Senador em exercício então nenhum eleitor do seu estado votou nele.
- (D) Existe pelo menos um cidadão brasileiro elegível, tal que se ele é um Senador em exercício então nenhum eleitor do seu estado votou nele.
- (E) Existe pelo menos um cidadão brasileiro elegível tal que ele é um Senador em exercício e nenhum eleitor do seu estado votou nele.

**44**

André, Bruno e Carlos pertencem, respectivamente, aos partidos PA, PB e PC. Um desses partidos é ideologicamente de esquerda, outro de direita e o terceiro de centro, mas não necessariamente na ordem em que eles foram citados. Sabe-se ainda que:

- I. se o partido PA é de esquerda, então o partido PB não é de centro;
- II. se o partido PB não é de esquerda, então o partido PA não é de centro;
- III. se o partido PA é de direita, então o partido PC é de centro;
- IV. o partido PC não é de centro.

André, Bruno e Carlos pertencem, respectivamente, a partidos de:

- (A) centro, esquerda, direita.
- (B) esquerda, centro, direita.
- (C) esquerda, direita, centro.
- (D) direita, centro, esquerda.
- (E) centro, direita, esquerda.

**45**

Se há X e não há Y, então há Z. Não há Z.

Logo:

- (A) X é necessário para Z.
- (B) Y é necessário para X.
- (C) Y é suficiente para X.
- (D) X é suficiente para Z.
- (E) Z é suficiente para Y.

**46**

Após as deliberações para a formação de uma comissão no Senado, quatro senadores em exercício fizeram as seguintes declarações:

**João:** Maria não fará parte da comissão, mas José sim.

**José:** Eu farei parte da comissão, mas entre João e Maria exatamente um deles fará parte da comissão.

**Maria:** Se João não fizer parte da comissão, então José e Rosa também não farão parte da comissão.

**Rosa:** Exatamente um de nós quatro não fará parte da comissão.

É possível deduzir que

- (A) se exatamente um dos quatro não fará parte da comissão, então todos disseram a verdade.
- (B) se todos mentiram, então exatamente um deles fará parte da comissão.
- (C) não é possível que todos tenham dito a verdade.
- (D) se exatamente um deles mentiu, então exatamente dois deles não farão parte da comissão.
- (E) se nenhum deles fizer parte da comissão, então todos mentiram.

## Língua Inglesa

### Another view on representations and warranties

This article will address issues relating to representations and warranties as they arise in the common law, not in the context of the Uniform Commercial Code.

5 We will begin with representations. They are statements of present or past fact. Future "facts" cannot generally form the basis of representations because no one can know the future.

10 If a representation is intentionally false, a plaintiff can make a common law claim of deceit (a tort) and allege fraudulent misrepresentation.

15 Generally, a plaintiff injured by a fraudulent misrepresentation has a choice of remedies. She may rescind the contract and obtain restitutionary recovery, or she may affirm the contract and sue for damages. The ability to rescind — to unwind a closed transaction — is a remedy not available to a plaintiff suing for a breach of warranty, and therefore is a benefit of including representations in a contract. A second benefit is that the plaintiff may be able to obtain punitive damages under special circumstances.

25 Now, let's turn to warranties. A common law warranty is a promise that a fact is true. According to the New York court, a warranty is a promise of indemnity if a statement of fact is false. A promisee does not have to believe that the statement is true. Indeed, the warranty's purpose is to relieve a promisee from the

30



obligation of determining a fact's truthfulness.

The meaning of warranty is critical to plaintiffs whose defendants made both representations and warranties since a plaintiff's fraudulent misrepresentation claim will fail if she knew the statement was false. But, the plaintiff may sue for breach of warranty on the same statement and recover despite knowledge of the falsity of the statement, subject to some limitations. This is a substantial business and legal reason for a party to receive both representations and warranties.

An example may help to clarify this issue: Occasionally, a buyer will ask a seller to represent as a fact something that the seller knows is not true or does not know whether it is true. Technically, doing so is fraud. A buyer nonetheless defends its request by telling the seller, "It's just risk allocation." In other words, even if the statement is not true, it represents the business deal.

A seller often accedes to this request on the theory that it is not fraud because it has "worked it out" with the buyer. This is cold comfort when the buyer sues for fraud, "forgetting" that it was "just risk allocation" and "forgetting" that the seller explained the situation's actual status. As an alternative, the seller can merely "warrant" the statement. In that case, the seller makes no representation that can be the basis of a fraudulent misrepresentation, and the warranty is the promise of indemnity, precisely the risk allocation the buyer sought.

Representations and warranties are important — but different — tools for the contract drafter. But receiving both of them from the other side usually — but not always — provides a client with the best protection.

(Tina L. Stark. Adaptado de:

<http://apps.americanbar.org/buslaw/blt/2006-01-02/nonbindingopinion.html>

#### 47

A lawyer drafting a business contract usually includes a "representations and warranties" clause because

- (A) it will protect the client against risks and will secure those advantages that are reasonable and appropriate.
- (B) the lawyer could be sued for malpractice if he did not include it.
- (C) the Contract will look more professional allowing the lawyer to charge a higher fee.
- (D) a contract without a "representations and warranties" clause will not be legally enforceable.
- (E) the "representations and warranties" clause is a standard contract clause and has always the same wording.

#### 48

As used in the text, the term *common law* refers to

- (A) laws that apply in normal circumstances to ordinary people.
- (B) a legal system found in Anglo-Saxon countries, and based on case law.
- (C) a legal system found in Anglo-Saxon countries, based on legislative statutes and executive branch decisions.
- (D) the settlement of petty claims in a magistrate's court.
- (E) a legal system found predominantly in Islamic countries.

#### 49

According to the text, warranties are included in an agreement so that

- (A) the other party is given assurance of maintenance/replacement of goods/service.
- (B) the other party is given assurance of clear title and right to sell real state.
- (C) the other party has no need to investigate and verify the truth of the facts stated in the warranty.
- (D) suppliers may advertise that they supply goods/service to a royal family.
- (E) law enforcement officers are allowed to seize property.

#### 50

Consider the statements below:

- I. Representations and warranties are not inextricably linked. Some parties, as a matter of principle, refuse to take fraud risk (read punitive damages), and will not make representations, only warranties.
- II. Representations, if shown to be false, and if the injured party knew them to be false, can give cause for the rescission of the agreement and the party making the representation can be sued for fraud.
- III. A plaintiff may be able to win a breach of warranty claim when it would have lost a claim for fraudulent misrepresentation because it could not prove that the defendant knew the representation to be false.

According to the text

- (A) statements I and II are true, III is false.
- (B) statements II and III are true, I is false.
- (C) statements I and III are true, II is false.
- (D) all three statements are true.
- (E) all three statements are false.



**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****51**

Analise as seguintes afirmativas:

- I. A exploração do petróleo do pré-sal é um monopólio natural.
- II. Em um monopólio, a maximização do lucro garante a maximização do bem-estar social.
- III. Em um monopólio em que o monopolista pode discriminar perfeitamente os preços não há perda de eficiência econômica.

Assinale:

- (A) se apenas a I estiver correta.
- (B) se apenas a II estiver correta.
- (C) se apenas a III estiver correta.
- (D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

**52**

Um governo deve regular um monopólio natural de forma a elevar o bem estar da população. Para tal,

- (A) o governo faz com que a quantidade ofertada seja aquela em que o preço iguala o custo marginal.
- (B) o governo faz com que a quantidade ofertada seja aquela em que o preço iguala o custo médio.
- (C) não há nada que o governo pode fazer visto que é um monopólio natural (retornos crescentes de escala).
- (D) o governo deve utilizar medidas antitruste.
- (E) o governo deve inviabilizar a operação do cartel.

**53**

Em um determinado mercado, a demanda pelo bem A é dada por:  $Q_d = 100 - p$ . Caso um monopolista no bem A possua uma função custo total dada por:  $CT = q^2 + 20q - 20$ , avalie as afirmativas abaixo:

- I. A quantidade do bem A que maximiza o lucro é 20 unidades.
- II. O custo total no ponto de maximização da firma é de \$800.
- III. O lucro do monopolista no ponto de maximização é de \$820.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

**54**

Sobre a política econômica do governo FHC, é correto afirmar que

- (A) o câmbio fixo adotado em 1999 ajudou no controle da inflação.
- (B) a inflação sob controle permitiu taxas de juros reais de 5% ao ano em 2002.
- (C) os três principais pilares da política econômica ao final do segundo mandato de FHC foram o superávit primário, a taxa de câmbio fixo e o sistema de metas de inflação.
- (D) os déficits sucessivos da balança comercial fizeram com que o país abandonasse a câmbio flexível e adotasse o câmbio fixo em 1999.
- (E) a política de superávit primário foi adotada para evitar uma trajetória explosiva da dívida pública.

**55**

Um determinado agente possui função utilidade dada por  $U(X, Y) = X^{0,25} Y^{0,75}$ . A renda total do agente é de \$1000 e os preços de X e Y são respectivamente  $p_x = 1$  e  $p_y = 3$ .

Nesse cenário, quando o agente maximiza a sua utilidade

- (A) o consumo do bem X é três vezes maior do que o do bem Y.
- (B) o consumo do bem Y é três vezes maior do que o do bem X.
- (C) o agente consome 300 unidades do bem X, 200 unidades do bem Y e poupa \$100.
- (D) a utilidade do agente no máximo é igual de 250.
- (E) o agente consome 400 unidades do bem X e 200 unidades do bem Y.

**56**

No mercado do bem X, a demanda pelo bem X é dada por  $Q_d = 200 - 3p$  e a oferta é dada por  $Q_s = 100 + p$ . A introdução de um imposto de \$4 por unidade vendida coletada diretamente dos consumidores faz com que

- (A) a demanda se reduz em 1 unidade.
- (B) o bem estar social aumente em \$12.
- (C) o menor peso do imposto recai sobre o consumidor que paga \$1.
- (D) o governo arrecada \$500 com o imposto.
- (E) produtor e consumidor dividem o peso do imposto com cada um pagando \$2.

**57**

Sobre política fiscal avalie as afirmativas abaixo:

- I. O superávit primário é composto pela receita menos a despesa do governo descontada do pagamento dos juros da dívida.
- II. A LRF proibiu os estados e municípios de emitir dívida.
- III. A diferença entre o déficit nominal e o déficit primário é igual à correção monetária e cambial da dívida.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

**58**

O mercado de eletrônicos de um país possui uma função de demanda dada por  $Q_d = 100 - 4p$  e a função oferta dada por  $Q_s = 20 + 4p$ . Essa economia é aberta e o preço internacional do eletrônico é de \$5. O fechamento do mercado nacional de eletrônico fará com que

- (A) o novo preço de equilíbrio se mantenha em \$5 a quantidade produzida aumente em 20 unidades.
- (B) o bem-estar aumente em \$200.
- (C) o preço do bem aumente para \$10 e a quantidade de equilíbrio caia 30 unidades.
- (D) o bem-estar caia em \$100 com o novo equilíbrio.
- (E) o comércio exterior se reduza com a manutenção do bem-estar.

**59**

Um determinado país financia a sua dívida no mercado a uma taxa de juros real de 10% ao ano. O governo desse país empresta pelo seu banco de desenvolvimento \$1.000.000 a uma taxa de juros real de 8% ao ano. Com base nas afirmações acima, é correto afirmar que

- (A) o país terá um lucro econômico de \$80.000 nesta operação.
- (B) o país terá um prejuízo econômico de \$20.000 nesta operação.
- (C) o país terá um prejuízo contábil de \$20.000 nesta operação.
- (D) como os recursos são próprios, qualquer taxa acima de 0% oferece lucro econômico para o país.
- (E) o país terá um lucro total de \$180.000 na operação.

**60**

Uma determinada economia é caracterizada pelas seguintes equações:

$$C = 10 + 0,9(Y - T)$$

$$I = 100 - 10i$$

$$G = 30$$

$$T = 20$$

$$\frac{M}{P} = Y - 5i$$

$$\frac{M}{P} = 1495$$

$$X - M = 38$$

Com base nas informações acima, no equilíbrio é correto afirmar que

- (A) o PIB é igual a 1600.
- (B) o consumo é igual a 1342.
- (C) a taxa de juros ( $i$ ) é igual a 2.
- (D) o Investimento desta economia é igual a 80.
- (E) a renda disponível dessa economia ( $Y - T$ ) é igual a 1400.

**61**

Sobre a crise de 2008, é correto afirmar que

- (A) não afetou a economia brasileira, que cresceu 7,5% em 2009.
- (B) teve seu impacto atenuado na economia brasileira graças a políticas anticíclicas como a elevação dos salários dos funcionários públicos.
- (C) piorou os termos de troca da economia brasileira em 2011, uma vez que elevou o preço dos bens manufaturados.
- (D) deslocou a demanda agregada da economia brasileira para a direita, reduzindo as exportações e o consumo doméstico.
- (E) deteriorou as condições de crédito provocando uma grande redução do nível de atividade.

**62**Estão relacionados à crise de confiança na Europa, os itens listados a seguir, **À EXCEÇÃO DE UM**. Assinale-o.

- (A) Elevação do custo de rolagem das dívidas dos países sob desconfiança.
- (B) Défcits sucessivos que tornaram a trajetória da dívida explosiva.
- (C) Custos de rolagem da dívida muito elevados nos anos anteriores em função da união europeia.
- (D) Descumprimento das regras de endividamento e défcits máximos do tratado de Maastricht.
- (E) Necessidade de mudança na política fiscal de forma a reduzir gastos e elevar receitas.

**63**

Sobre os sistemas tributários, **NÃO** é correto afirmar que

- (A) um sistema tributário eficiente não necessariamente é equitativo.
- (B) a cobrança de impostos indiretos, em geral, torna o sistema tributário regressivo.
- (C) a cobrança de um imposto com valor único de R\$10.000 é ineficiente pois não é progressivo.
- (D) um sistema tributário eficiente reduz a perda de eficiência econômica da introdução do imposto.
- (E) impostos podem melhorar o bem-estar social, quando utilizados para compensar externalidades negativas.

**64**

Sobre as estruturas de mercado e o comportamento das firmas, avalie as afirmativas abaixo:

- I. Em concorrência perfeita, as firmas possuem lucro econômico igual a zero no longo prazo.
- II. Em mercados competitivos, competição monopolística e monopólios, as firmas maximizam o seu lucro escolhendo a quantidade produzida no ponto onde a receita marginal iguala o custo marginal.
- III. Empresas operam no longo prazo com lucro menor do que zero, desde que a receita seja superior ao custo variável.

Assinale

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se as afirmativas I e III estiverem corretas.

**65**

Sobre a política monetária, **NÃO** é correto afirmar que

- (A) no longo prazo, a política monetária não possui efeitos sobre o crescimento econômico.
- (B) em casos de crise econômica, o banco central pode reduzir a taxa de juros para estimular a atividade econômica no curto prazo.
- (C) no longo prazo, o banco central pode elevar a emissão de moeda para reduzir a taxa de desemprego da economia.
- (D) o banco central pode elevar a taxa de juros vendendo títulos públicos.
- (E) a elevação das reservas compulsórias reduz a capacidade dos bancos comerciais em criar meios de pagamento.

**66**

Concebidas como instrumento indispensável na promoção do Desenvolvimento Regional, as Superintendências de Desenvolvimento poderiam ter se consolidado como órgãos coordenadores e articuladores das políticas Federais, Estaduais e Municipais no Território. Contudo, apesar de pertinente, esse papel não se concretizou e gradativamente as Superintendências foram caindo no isolamento. Dentre as opções abaixo marque a alternativa em que é possível encontrar explicação para a não concretização daquele papel aglutinador.

- (A) Modelo de federalismo adotado na Constituição de 1988
- (B) Ausência das Superintendências nas estratégias de ação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional
- (C) Reformulação da estrutura das Superintendências com a extinção dos seus Conselhos Deliberativos (CONDEL)
- (D) A limitação dos seus instrumentos de atuação circunscritos apenas aos Planos de Desenvolvimento.
- (E) Reconfiguração da questão regional brasileira que trouxe a necessidade de criação de órgãos de atuação sub-regional que acabaram esvaziando a importância das Superintendências.

**67**

Lançada como proposta em 2003, e instituída por decreto presidencial em 2007, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR foi inicialmente concebida como um contraponto à tendência de desintegração competitiva do território nacional. Apesar de na sua formulação a PNDR tocar em pontos considerados centrais para a consolidação de uma estratégia comprometida com a redução das desigualdades sócio-espaciais brasileiras, sua implementação ficou comprometida porque:

- (A) a PNDR não dispõem até o presente momento de instrumentos próprios de financiamento uma vez que os Fundos Constitucionais de Financiamento, os Fundos de Desenvolvimento Regionais, e os Programas Mesorregionais são instrumentos herdados que não foram adaptados ao seu escopo.
- (B) a aprovação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) gerou insatisfação dos Estados do Sul-Sudeste que se opuseram a distribuição desigual dos recursos destinados ao apoio e consolidação das ações federais no âmbito da PNDR.
- (C) a implementação da Política dependia da recriação das Superintendências Regionais de Desenvolvimento que, desativadas na década de 1990, ainda dependem da aprovação do Congresso Nacional para serem re-fundadas.
- (D) a tipologia proposta pela PNDR, que classifica alguns territórios como sendo *prioritários* para ação da Política, encontrou forte resistência para ser utilizada como parâmetro determinante para repartição dos recursos oriundos do FNDR.
- (E) o fim dos Programas Mesorregionais inviabilizou a ação da PNDR nos territórios classificados prioritários.

**68**

Em 2010 o Ministério da Integração Nacional lançou o documento *PNDR em dois tempos: a experiência apreendida e o olhar pós 2010*. Seu objetivo foi estabelecer o marco inicial para a atualização da proposta da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. No entanto, o documento revisado de 2010 assume e reitera as mesmas premissas assumidas pela PNDR lançada em 2003 e institucionalizada via decreto presidencial em 2007. Marque a opção que indica essas premissas

- (A) equidade, eficiência e integração territorial.
- (B) integração/articulação interinstitucional de governo; atuação em múltiplas escalas e caráter de política de Estado.
- (C) equidade, caráter de política de Estado e integração territorial.
- (D) abordagem em múltiplas escalas, valorização da escala sub-regional para intervenção e coordenação nacional.
- (E) coordenação nacional, atuação em múltiplas escalas, equidade.

**69**

Em documento de divulgação da Política Regional Europeia para o período de 2007-2013, encontra-se o seguinte texto: A política regional europeia constitui a concretização da solidariedade entre os povos da Europa. (...) Ajudar as regiões europeias menos desenvolvidas a recuperar o seu atraso pressupõe, evidentemente, que as regiões mais ricas terão de pagar mais para o orçamento da União Europeia do que aquilo que recebem (Política da UE para 2007-2013). Indique a opção que apresente respectivamente dois princípios balizadores da sistemática de funcionamento da Política Regional Europeia inscritos no texto cima e dois objetivos orientadores desta mesma Política.

- (A) Solidariedade financeira e subsidiaridade – estabilidade e coesão
- (B) Solidariedade cultural e cooperação – competitividade e crescimento econômico
- (C) Subsidiaridade financeira e solidariedade cultural – estabilidade e coesão
- (D) Coesão e estabilidade - subsidiaridade financeira e solidariedade cultural
- (E) Crescimento econômico e competitividade – subsidiaridade e solidariedade financeira.

**70**

Nas formações sociais capitalistas a correlação existente entre o desenvolvimento das forças produtivas e a geração/intensificação da pobreza são processos concomitantes que expõem uma das contradições inerentes ao funcionamento deste modo de produção. O curso histórico destas formações sociais mostra que esse padrão de desenvolvimento (desigual e combinado) pode ser observado em diferentes escalas geográficas configurando aquilo que se denominou chamar *questão regional*. A fim de evitar que a elevação dos níveis de desigualdades socioespaciais alcance o ponto de ameaçar a unidade nacional construída, e no limite, se imponham como entrave à continuidade do processo de acumulação, os Estados Nacionais, formulam e implementam medidas de intervenção econômico-territorial como as de desenvolvimento regional, por exemplo. Hoje, no Brasil, os instrumentos utilizados pelo Executivo Federal que geram os efeitos mais intensos sobre o desenvolvimento regional são:

- (A) a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e seu Programa de Mesorregiões Diferenciadas.
- (B) os instrumentos de Financiamento como os Fundos Constitucionais de Financiamento, os Fundos Regionais de Investimento e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional.
- (C) os Programas Sociais de distribuição de renda e o aumento real do Salário Mínimo.
- (D) as vantagens tributárias e a competição intermunicipal que atraem investimentos produtivos, geram emprego e aumentam a renda local.
- (E) os Programas e Ações de Desenvolvimento Local que articulam promoção da cidadania com a sustentabilidade ambiental.

**71**

As Zonas de Processamento de Exportações (ZPE) visam o fortalecimento do desenvolvimento econômico e a geração de empregos. Sob diferentes configurações, o modelo pode ser encontrado em vários países. No Brasil, as ZPEs assumem as seguintes características: Analise as afirmativas com base nas ZPE's brasileiras.

- I. as empresas instaladas na ZPE's assumem o compromisso de destinar ao exterior 80% (oitenta por cento) da receita bruta total de venda de bens e serviços;
- II. a garantia de superávit comercial nas empresas instaladas nas ZPEs, em comparação às demais atividades exportadoras do país, se constitui em um dos elementos que contribuem para o fortalecimento das reservas internacionais;
- III. a possibilidade de que 20% (vinte por cento) das vendas das empresas instaladas em ZPEs sejam destinadas ao mercado nacional, sem a incidência dos tributos normalmente aplicados nessas operações, como definido na Lei nº 11.732/08, abre caminho para o surgimento de situações não-isonômicas de concorrência no mercado interno.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e III forem verdadeiras
- (B) se apenas as afirmativas II e III forem verdadeiras
- (C) se apenas as afirmativas I e II forem verdadeiras
- (D) se apenas a afirmativa I for verdadeira
- (E) se apenas a afirmativa III for verdadeira

**72**

Pesquisa divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA confirma tendência de redução do grau de desigualdade entre as regiões do país. Entre 1995 e 2009, a participação da renda do trabalho do Sudeste na renda nacional caiu de 56,7% para 50,8%. No mesmo período, a região Norte teve sua participação aumentada de 3,9 para 6 pontos percentuais, o Centro-Oeste, de 7,3 para 9,3 pontos, o Nordeste, de 14,5% para 16,1%, e o Sul, de 17,6% para 17,8%. Sobre o movimento de desconcentração da atividade produtiva, sugerido pela pesquisa, é **INCORRETO** afirmar que:

- (A) A desconcentração da produção oriunda da Guerra Fiscal contribui para a competição intermunicipal e para a intensificação das desigualdades intrarregionais.
- (B) O padrão intensivo da expansão da atividade produtiva em direção ao Centro-Oeste e Norte do país fragilizam a sustentabilidade dos biomas do Cerrado e da Amazônia e põe em risco o modo de vida das populações que estão a eles integradas.
- (C) O movimento de desconcentração é real assim como também é real a tendência de que as atividades produtivas se re concentrem em sua nova área de expansão, seja em torno de grandes projetos de investimento, seja nas sedes de cidades médias que oferecem melhores condições de infraestrutura ao processo de acumulação.
- (D) A desconcentração da atividade produtiva contribui para redução dos níveis de desigualdade regional, mas, não altera a tendência histórica de concentração e centralização do capital no processo geral da acumulação.
- (E) No movimento de desconcentração da atividade produtiva, a expansão de alguns setores como o hidrelétrico, por exemplo, são símbolos de redução das desigualdades inter e intrarregionais já que beneficiam sobremaneira a população local, principalmente aquelas mais próximas dos reservatórios, com a geração de empregos viabilizados pela chegada de energia e dos novos investimentos produtivos decorrentes do famoso efeito *Big Push*.

**73**

Diante do que dispõe o Estatuto da Cidade (Lei 10.257, de 10 de julho de 2001) sobre o Plano Diretor, avalie as assertivas a seguir:

- I. é obrigatório para cidades integrantes de áreas de especial interesse turístico;
- II. é obrigatório para cidades onde o Poder Público municipal pretenda determinar o parcelamento e a edificação compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado;
- III. deve conter no mínimo disposições que permitam o exercício do direito de superfície.
- IV. no processo de elaboração do Plano Diretor deve-se garantir a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e associações representativas de vários seguimentos da comunidade.

Assinale se

- (A) se apenas as afirmativas I e III forem verdadeiras
- (B) se apenas as afirmativas II e IV forem verdadeiras
- (C) se apenas as afirmativas I, II e III forem verdadeiras
- (D) se apenas as afirmativas II, III e IV forem verdadeiras
- (E) se apenas as afirmativas I, II e IV forem verdadeiras

**74**

O reconhecimento pelo poder público da ocorrência de uma situação anormal que exija a decretação de Situação de Emergência ou, em última instância, de Estado de Calamidade Pública, é importante porque agiliza a resposta do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC) a uma situação de desastre, de tal intensidade, que exija, urgentemente, o desencadeamento de medidas de exceção. Sobre os procedimentos necessários ao reconhecimento da Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública, deve-se considerar que:

- (A) antes da decretação de situação de anormalidade, o Prefeito Municipal deverá comunicar a ocorrência do evento adverso ou desastre ao Órgão Estadual de Defesa Civil e à Secretaria de Defesa Civil, em Brasília-DF, por meio do formulário de Notificação Preliminar de Desastre (NOPRED) que deverá ser preenchido em até 120 horas após a ocorrência do mesmo.
- (B) o decreto de declaração de Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública deve ser encaminhado à autoridade competente acompanhado, obrigatoriamente, do Formulário de Avaliação de Danos (AVADAN), devidamente preenchido no prazo máximo de até 30 dias após o desastre.
- (C) em casos em que for flagrante a intensidade do desastre e seu impacto social, econômico e ambiental na região afetada, o Secretário Nacional de Defesa Civil poderá reconhecer sumariamente a Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública com base apenas no requerimento, acompanhado do decreto do respectivo ente federado dispensando-se a apresentação das demais documentações previstas em lei.
- (D) o reconhecimento da Situação de Emergência ou do Estado de Calamidade Pública pelo Poder Executivo Federal poderá se dar mediante requerimento do poder executivo do estado, do Distrito Federal ou do município afetado pelo desastre.
- (E) o Decreto de Homologação do Governador, reconhecendo a Situação de Emergência ou o Estado de Calamidade Pública do município, exige a necessidade de anexar junto ao processo de solicitação de reconhecimento encaminhado ao Governo Federal os demais documentos previstos em lei.



**75**

A Lei de Saneamento Básico, conhecida também como Lei nº 11.455/2007, estabelece Diretrizes Nacionais para o saneamento e se constitui como o mais importante marco regulatório para o setor desde o fim do Plano Nacional de Saneamento – PLANASA, em 1992. Orientada por princípios estruturadores da prestação dos serviços de saneamento, a referida Lei se apresenta como um instrumento normativo de ordenamento do território quando, de um lado, oferta aos estados e municípios um amplo escopo balizador para a formulação de suas Políticas de Saneamento e, por outro, estabelece que a prestação dos serviços públicos de Saneamento Básico observará Plano que:

- I. Serão elaborados abrangendo a totalidade dos serviços prestados, ficando vetada a elaboração de planos específicos para cada setor.
- II. Serão editados pelos titulares, podendo ser elaborados com base em estudos fornecidos pelos prestadores de cada serviço.
- III. Deverão englobar integralmente o território do ente da federação que o elaborou, excetuando-se o caso específico em que o Plano for regional.
- VI. Caberá a entidade reguladora e fiscalizadora dos serviços verificar seu cumprimento na forma das disposições legais, regulamentares e contratuais.

Está(ao) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- |                    |                 |
|--------------------|-----------------|
| (A) I, II, III, IV | (B) I e III     |
| (C) I, II e IV     | (D) II, III, IV |
| (E) III, IV        |                 |

**76**

O Programa Minha Casa, Minha Vida, lançado em 2009, tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos. Dentre as opções abaixo, indique aquela característica do Programa que **NÃO** apresenta contradição aos princípios de administração pública definidos no Consenso de Washington.

- (A) O Programa concederá subvenção econômica por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, sob a modalidade de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, especificamente nas operações de financiamento de linha especial para infraestrutura em projetos de habitação popular.
- (B) O Programa realizará oferta pública de recursos destinados a subsidiar beneficiário pessoa física de operações em Municípios com população de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.
- (C) O Programa formalizará contratos e registros preferencialmente, em nome da mulher.
- (D) O Programa dinamizará o setor da construção civil e promoverá a geração de trabalho e renda contribuindo para os processos de distribuição de renda e inclusão social.
- (E) Para implementação do Programa, a União transferirá recursos ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR e ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS de que tratam, respectivamente, a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993.

**77**

Os CEPACs (Certificados de Potencial Adicional de Construção) surgiram no bojo das Operações Consorciadas de forma a separar a contrapartida econômica do projeto original, ampliando as possibilidades de aplicação das mais-valias urbanas recuperadas pelo Estado. Analise os itens com relação aos CEPAC's:

- I. são conversíveis em direito de construir dentro ou fora da área objeto da Operação Consorciada, podendo ser negociados no mercado secundário, inclusive como pagamento de fornecedores ou eventuais indenizações;
- II. a lógica dos CEPACs é capturar a valorização potencial derivada do direito adicional de construção, o que implica incorporar ao planejamento urbano conceitos que são próprios da esfera econômica, como os de expectativa e risco;
- III. os CEPACs garantem o direito de construir além dos limites estabelecidos pela legislação municipal, porém dentro dos parâmetros estabelecidos pela Operação Urbana Consorciada;
- IV. no período de até 5 (cinco) anos após a aprovação da lei específica que definiu a Operação Urbana Consorciada, o Poder municipal poderá expedir licenças e/ou autorizações em desacordo com o estabelecido na referida Operação.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- |                  |              |
|------------------|--------------|
| (A) I e III      | (B) II e IV  |
| (C) I, II e III  | (D) II e III |
| (E) II, III e IV |              |

**78**

Os traços característicos de situações de subdesenvolvimento presentes na história brasileira deixaram marcas inequívocas nas formas de crescimento e de ordenamento das cidades. A Constituição Federal de 1988 (artigos 182 e 183) buscou reverter essa herança através do estabelecimento de importantes diretrizes de política urbana, como a obrigatoriedade de Plano Diretor (para cidades com população superior a vinte mil habitantes) e o adequado aproveitamento do solo urbano. Analise as afirmativas.

- I. o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsória do solo urbano decorrem diretamente da função social da propriedade, não dependendo de edição de Lei Municipal específica;
- II. a Prefeitura pode desapropriar um imóvel mediante pagamento em títulos da dívida pública quando existe descumprimento da função social da propriedade, porém, somente após aplicar majoração do IPTU progressivo no tempo pelo prazo de 5 (cinco) anos;
- III. a Prefeitura não pode elevar a alíquota do IPTU progressivo no tempo indefinidamente, pois o prazo máximo de majoração é de 5 (cinco) anos, embora seja possível conceder anistia na hipótese de o proprietário cumprir a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização do imóvel urbano.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- |              |             |
|--------------|-------------|
| (A) I e II   | (B) I e III |
| (C) II e III | (D) I       |
| (E) II       |             |



**79**

A ordenação eficiente do parcelamento, do solo urbano constitui desafio permanente para o administrador público, posto que o parcelamento gera consequências não apenas nos espaços onde são aplicados, mas, também, para o conjunto da cidade. O parcelamento do solo pode ser feito mediante loteamento ou desmembramento (Lei 6766/79). Acerca destas duas espécies do gênero parcelamento do solo urbano, pode-se afirmar que:

- (A) Enquanto no loteamento a subdivisão da gleba em lotes tem como objetivo a edificação urbana exclusivamente residencial, no desmembramento a subdivisão da gleba em lotes atende à finalidade da edificação urbana comercial e industrial.
- (B) O projeto de loteamento ou desmembramento aprovado pela Prefeitura Municipal ou pelo Distrito Federal, quando for o caso, não se sujeita à prazo de execução, mas deve ser submetido ao Registro Imobiliário dentro de 180 (cento e oitenta) dias contados de sua aprovação, sob pena de caducidade da mesma.
- (C) A lei autoriza a venda de parcela de loteamento ou desmembramento não registrado, desde que o parcelamento tenha sido previamente autorizado pela Prefeitura Municipal ou pelo Distrito Federal, quando for o caso.
- (D) A lei considera desmembramento a subdivisão da gleba em lotes para fins de edificação sem que haja necessidade de abrir novas vias de circulação ou logradouros públicos, admitindo-se apenas o prolongamento, a modificação ou a ampliação dos já existentes.
- (E) A Prefeitura Municipal ou o Distrito Federal, quando for o caso, deve observar o prazo previsto em lei para a aprovação ou rejeição do projeto de parcelamento do solo urbano, pois diante da ausência de manifestação do Poder Público o projeto será considerado rejeitado.

**80**

Ações voltadas para a regularização fundiária nas cidades, além dos efeitos positivos para o equacionamento das tensões urbanas, podem contribuir para a melhoria das condições de vida das famílias, na medida em que reduzem os custos de transação do imóvel, facilitam o acesso ao crédito, entre outras vantagens. O artigo 10 da Lei 11.481, de 31 de maio de 2007, alterou o art. 1.225 do Código Civil (Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002), para acrescentar ao rol dos direitos reais os incisos XI e XII, referentes à concessão de uso especial para fins de moradia e à concessão de direito real de uso, respectivamente. Analise as afirmativas com relação a tais institutos.

- I. A concessão de uso especial para fins de moradia e a concessão de direito real asseguram a transferência da propriedade para o possessor, desde que ele comprove que não é proprietário de outro imóvel (rural ou urbano) e que vem utilizando o imóvel objeto de posse por 5 anos ininterruptamente;
- II. A concessão de uso especial para fins de moradia pode ser transferida, inclusive por via administrativa ou sentença judicial, sendo que em ambos os casos deve ser levada a registro no cartório de registro de imóveis;
- III. A concessão de uso especial para fins de moradia não transfere a propriedade, por isso, não pode ser objeto de hipoteca.
- IV. A concessão de direito real de uso constitui direito real resolúvel, aplicável em terras públicas e privadas, podendo ser rescindido pela Administração Pública nas hipóteses legais.

Assinale se

- (A) apenas as afirmativas I e III forem verdadeiras
- (B) apenas as afirmativas II e IV forem verdadeiras
- (C) apenas as afirmativas I, II e III forem verdadeiras
- (D) apenas as afirmativas III e IV forem verdadeiras
- (E) apenas as afirmativas I, II e IV forem verdadeiras

**Atenção!** Você está recebendo um caderno de provas de **Economia Regional e Políticas de Desenvolvimento Urbano do Tipo 1 (Branco – 13M1)** para **CONSULTOR LEGISLATIVO – Assessoramento Legislativo**. Portanto, verifique se sua folha de respostas (prova objetiva) também se refere ao Tipo 1 e se é coincidente com o registrado no rodapé de cada página. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.

## Informações Gerais

1. Você receberá do fiscal de sala os materiais descritos a seguir:
  - ▶ uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas;
  - ▶ **se candidato ao cargo de Consultor Legislativo, ainda:**
    - ▷ este caderno de prova contendo **80 (oitenta)** questões objetivas, cada qual com 5 alternativas de respostas (A, B, C, D e E).
  - ▶ **se candidato ao cargo de Técnico Legislativo ou Policial Legislativo, ainda:**
    - ▷ este caderno de prova contendo **70 (setenta)** questões objetivas, cada qual com 5 alternativas de respostas (A, B, C, D e E), **um tema para desenvolvimento da redação e uma questão discursiva**, ambos com espaço para rascunho (de preenchimento facultativo);
    - ▷ **uma folha de textos definitivos** destinada à redação da prova discursiva, com espaço para a transcrição dos dois textos acima citados, com o máximo de **30 (trinta) linhas** cada.
2. Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal de sala** para que sejam tomadas as devidas providências.
3. As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
4. Ao receber os documentos, você deve:
  - ▶ conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
  - ▶ ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas e redação da prova discursiva (quando for o caso);
  - ▶ marcar na folha de respostas (prova objetiva) o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu (este campo, contudo, não implica a anulação da prova no caso de sua não marcação);
  - ▶ assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
5. Durante a aplicação da prova **não será permitido**:
  - ▶ qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
  - ▶ levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
  - ▶ portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. **Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.**
6. A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos nas folhas de respostas e de textos definitivos.
7. O preenchimento das respostas, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. Não será permitida a troca da folha de respostas ou da folha de textos definitivos por erro do candidato.
8. Na redação da prova discursiva, o candidato ao cargo de **Técnico Legislativo** ou **Policial Legislativo** deverá observar as seguintes regras:
  - ▶ A primeira parte da folha de texto definitivo destina-se a garantir a segurança na identificação do candidato que está realizando a prova. Esta parte será destacada pelo fiscal no término da prova, garantindo a desidentificação da parte destinada à transcrição do texto definitivo e, por conseguinte, a impessoalidade na correção das provas.
  - ▶ Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima de linhas permitida.
  - ▶ Escreva com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico (Exemplo: **ERRADO**) e escreva, logo após o trecho riscado, o respectivo texto substituto.
  - ▶ A folha de textos definitivos da prova discursiva não poderá ser amassada, assinada, rubricada, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da prova discursiva. A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição dos textos definitivos acarretará **ANULAÇÃO** da prova discursiva.
9. O tempo disponível para a realização da prova é de **5 (cinco) horas**, já incluído o tempo para os procedimentos de identificação previstos no edital, a marcação da folha de respostas e a redação dos textos definitivos.
10. Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e a redação da folha de textos definitivos, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
11. Somente após decorridas **duas horas** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova, contudo sem levar o caderno de provas.
12. Somente no decorrer dos últimos **60 (sessenta) minutos** do período da prova você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
13. Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, entregue a folha de respostas e a folha de textos definitivos e deixe o local de prova. O candidato que descumprir a regra de entrega de tais documentos será **ELIMINADO** do concurso.
14. Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala no término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
15. Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11/>, no dia subsequente ao da sua realização.
16. O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos preliminares das provas deverá fazê-lo da **0h do dia 13 de março de 2012 às 23h59min do dia 14 de março de 2012**, ininterruptamente, observado o horário oficial de Brasília-DF, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, que estará disponível no endereço eletrônico <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11/>.